

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº 2026/2529190

1 - O QUE SERÁ CONTRATADO? (art. 6º, XXIII, a e i, da Lei Federal nº 14.133/21)							
Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qt d	Valor Unitário Estimado	Total
1	1	Veículos compactos elétricos: 01. Propulsão 100% elétrica; 02. Configuração hatch ou compacto urbano, 05 (cinco) lugares, 04 (quatro) portas; 03. Potência mínima de 75 (setenta e cinco) CV ; 04. Durabilidade da bateria de no mínimo 5.000,00 (cinco mil) ciclos; 05. Autonomia elétrica mínima de 220 km, preferencialmente segundo PBECV/Inmetro ou padrão equivalente oficialmente informado; 06. Recarga com capacidade AC e DC, desempenho compatível com recarga parcial rápida em cerca de 30 a 35 minutos (30% a 80%); 07. Segurança mínima de 06 (seis) airbags, freio a disco nas 04 (quatro) rodas, controle eletrônico de estabilidade ou conjunto equivalente; 08. Porta-malas de no mínimo 230 litros; 09. Tecnologia mínima de tela multimídia, Apple CarPlay e/ou Android Auto, e sensores/câmera para manobra.	XXX	UND	10	R\$ 115.630,00	R\$ 1.156.300,00
	2	SUV híbrido plug-in (PHEV): 01. Tipo de propulsão híbrido plug-in (PHEV); 02. Configuração SUV, 05 (cinco) lugares, 04 (quatro) portas; 03. Potência combinada mínima de 220 CV , 04. Capacidade mínima de 12 kWh; 04. Durabilidade da bateria de no mínimo 5.000,00 (cinco mil)	XXX	UND	04	R\$ 189.477,83	R\$ 757.911,32

		ciclos; 05. Au-tonomia elétrica mínima de 35 KM em padrão oficial informado pelo fabricante; 06. Autonomia combinada de referência igual ou superior a 1.000 km, quando declarada em padrão oficial do fabricante; 07. Segurança mínima de 06 airbags, ABS, controle de estabilidade, assistente de partida em rampa, TPMS e câmera de 360º ou equivalente; 08. Porta-malas de no mínimo 520 litros; 09. Conforto/Tecnologia mínima de car-regamento sem fio para celular ou recurso equivalente, multimídia e conectividade com smartphone.					
	3	SUV híbrido plug-in padrão superior: 01. Tipo de propulsão híbrido plug-in (PHEV); 02. Configuração SUV, 05 (cinco) lugares e 04 (quatro) portas; 03. Potência combinada mínima de 235 CV; 04. Capacidade mínima da bateria de 26 kWh; 05. Durabilidade da Bateria mínimo de 5.000,00 ciclos; 06. Autonomia elétrica de 95 km em padrão oficial informado pelo fabricante; 07. Autonomia combinada de referência igual ou superior a 1.100,00 Km, quando declarada em padrão oficial do fabricante; 08. Segurança ativa mínima ACC, frenagem autônoma de emergência, assistente de faixa e detecção de ponto cego ou ADAS equivalente; 09. 06 (seis) airbag, ABS, ESC e câmera 360º, 10. Porta-malas mínimo de 550 litros; 11. Conforto/tecnologia de tela multimidia ampliada, conectividade com Smartphone, carregamento	XXX	UND	01	R\$ 245.826,00	R\$ 245.826,00

		AC/DC e abertura elétrica do porta-malas ou equivalente.					
						VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 2.160.037,32

2 - JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES E/OU DO AGRUPAMENTO EM GRUPOS

(art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/21)

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado como regra, conforme disposto no art. 40, § 2º, com vistas à ampliação da competitividade. Contudo, a própria legislação admite exceções, desde que devidamente justificadas, especialmente quando o parcelamento não se mostrar tecnicamente viável ou economicamente vantajoso.

No presente caso, a opção pela contratação em lote único, fundamenta-se em razões de ordem técnica, operacional e econômica, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade e planejamento.

Sob o aspecto técnico, a aquisição em lote único visa garantir a padronização da frota, assegurando uniformidade de modelos, tecnologias embarcadas, sistemas elétricos e interfaces operacionais. Tal padronização é essencial para facilitar a gestão da frota, e a execução das atividades de manutenção, reduzindo a complexidade operacional e os riscos de incompatibilidade entre veículos de diferentes fabricantes, podendo vir a gerar prejuízo à administração pública.

Do ponto de vista da manutenção e assistência técnica, a contratação unificada permite maior eficiência na gestão de garantias, disponibilidade de peças e suporte técnico, evitando a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores, o que poderia comprometer a celeridade e a qualidade dos serviços.

Ainda sob o aspecto econômico em face da Administração pública direta, a aquisição em lote único possibilita a obtenção de ganhos de escala, com potencial redução do custo unitário dos veículos, melhores condições comerciais e maior vantajosidade para a Administração, em consonância com o princípio da economicidade. Tal princípio esse que consiste na busca pelo melhor resultado possível com o menor custo financeiro para a Administração Pública, exigindo que o gestor realize uma análise de custo-benefício para evitar desperdícios. Enquanto na Constituição Federal ele atua como parâmetro de controle e fiscalização dos gastos, ainda na Lei 14.133/2021, orienta as licitações para que ocorra a escolha da proposta mais vantajosa, e considere não apenas o preço imediato, mas todo o ciclo de vida do objeto, garantindo eficiência e qualidade no uso do dinheiro público – o que está em consonância com a aquisição dos itens supracitados, na forma de lote único.

No que tange à perda de escala, essa pode vir a ocorrer quando a Administração deixa de obter vantagens econômicas decorrentes da aquisição/contratação em maior volume, em razão do fracionamento do objeto. Ou seja, ao dividir a contratação, perde-se a capacidade de negociação que normalmente resulta em redução de preços unitários e melhores condições comerciais. A divisão do objeto, por sua vez, poderia resultar em perda desse poder de negociação e elevação dos custos globais da contratação.

Adicionalmente, a integração dos veículos com eventuais soluções de infraestrutura de recarga e sistemas de gestão de frota, recomenda-se a adoção de uma solução única, de modo a assegurar compatibilidade tecnológica e eficiência no uso dos recursos públicos. Importante destacar ainda, que a adoção de lote único não compromete a competitividade, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores com capacidade técnica e operacional para atender integralmente ao objeto, não havendo restrição indevida à participação de interessados. Dessa forma, resta demonstrado que o parcelamento do objeto não se mostra adequado ao caso concreto, sendo a contratação em lote único a solução que melhor atende ao interesse público, nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

(art. 6º, XXIII, c, da Lei Federal nº 14.133/21)

3.1 - QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

A solução proposta decorre da necessidade de modernização da frota da Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, aliada à substituição gradual de veículos movidos a combustíveis fósseis por alternativas mais eficientes e ambientalmente adequadas, **tendo como solução a aquisição de veículos elétricos caracterizados de bens permanentes, levando em consideração o ciclo de vida útil dos objetos (bens duráveis), que serão incorporados ao patrimônio público e utilizados de forma contínua nas atividades institucionais da SEMAS/PA.**

A utilização de veículos convencionais implica maiores custos operacionais, maior frequência de manutenção e significativa emissão de poluentes atmosféricos, o que se mostra incompatível com as diretrizes institucionais voltadas à sustentabilidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Secretaria — como monitoramento e apoio técnico dentro da Região Metropolitana de Belém pelos colaboradores da Secretaria — demandam meios de transporte confiáveis, eficientes e alinhados às boas práticas ambientais. Nesse contexto, os veículos elétricos apresentam-se como solução adequada, por aliar eficiência energética, menor custo operacional e reduzido impacto ambiental, conforme pontuado nos itens 2.2 e 4.1 do Estudo Técnico Preliminar.

Em resumo, a solução escolhida consiste na aquisição de 15 (quinze) veículos automotores elétricos (descrição nos itens 1, 2 e 3 deste Termo de Referência) em lote único, destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria. A contratação contempla o fornecimento de veículos com tecnologia elétrica, visando:

- Padronização da frota;
- Redução de custos com combustível e manutenção;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Redução das emissões de poluentes;
- Alinhamento às políticas públicas de sustentabilidade.

A opção pela aquisição, em razão de alternativas (como locação), fundamenta-se na vantajosidade econômica no longo prazo, na incorporação dos bens ao patrimônio público e na maior autonomia administrativa na gestão da frota.

4 - NATUREZA DO BEM

(art. 6º, XXIII, a, da Lei Federal nº 14.133/21)

☒ Comum.

☐ Especial.

5 - PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

(art. 40, § 1º, I e III, da Lei Federal nº 14.133/21)

5.1 - HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?

☒ Sim.

Justificativa: A exigência de prova de qualidade justifica-se pela necessidade de assegurar que os veículos elétricos atendam a padrões mínimos de desempenho, segurança e durabilidade, evitando riscos operacionais e custos adicionais decorrentes de falhas ou baixa qualidade, além de garantir a conformidade com normas técnicas e regulatórias. Tal medida protege o interesse público, promove a adequada aplicação dos recursos e

		<p>contribui para a eficiência e economicidade da contratação, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Para fins de comprovação da qualidade do objeto, a contratada deverá apresentar para garantir que o veículo pode circular legalmente e atende as normas de segurança:</p> <p>A) Certificações de conformidade junto ao INMETRO e certificações de atendimento às normas do CONTRAN - em atendimento as normas brasileiras aplicáveis, incluindo certificações, etiquetagem de eficiência energética do INMETRO, homologação junto aos órgãos de trânsito e documentação técnica do fabricante;</p> <p>B) Certificações de qualidade do fabricante;</p> <p>C) Documentação técnica, relatórios de desempenho;</p> <p>D) Comprovação de assistência técnica autorizada.</p> <p>A respeito da prova de qualidade técnica para a verificação das exigências do Termo de Referência:</p> <p>A) Catálogo oficial do fabricante;</p> <p>B) Ficha técnica detalhada (autonomia, potência, bateria, recarga);</p> <p>C) Manual do veículo;</p> <p>D) Declaração de que o veículo é novo e de primeiro uso, expedido pela fabricante;</p> <p>E) Declaração de garantia e de atendimento às especificações, expedida pelo fornecedor;</p> <p>F) Certificação de qualidade – ISO 9001;</p> <p>G) Certificação ambiental – ISO 140001.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
5.2 – O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: <i>(Caso se assinale “sim”)</i>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
5.3 – HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens 1, 2 e 3 por, no mínimo, 36 meses, a partir do seu recebimento pela contratante. Além da garantia da bateria dos carros elétricos por no mínimo 08 (oito) anos, sendo este o padrão praticado no mercado.	
	<input type="checkbox"/> Não.	

5.4 – HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens 1, 2 e 3 , durante 36 (trinta e seis) meses – período da cobertura da garantia do bem, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios junto a fabricante</i> , sem custo para a administração pública. <input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação aos itens X e Y .	
6 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, h, da Lei Federal nº 14.133/21)		
6.1 – FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico. <input type="checkbox"/> Concorrência.	
6.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.	
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
6.3 – O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: (Caso se assinale “sim”)
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
6.4 – CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.</p> <p>Além disso, a proposta apresentada pelo licitante será aceita desde que atenda integralmente às exigências estabelecidas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, instrumento convocatório e demais documentos da fase de planejamento e andamento do processo licitatório, observando-se aos seguintes critérios:</p> <p>Conformidade técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento integral às especificações técnicas do objeto; • Compatibilidade com os requisitos mínimos de desempenho e qualidade; • Apresentação de catálogos, fichas técnicas e documentação comprobatória. <p>Preço compatível</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta com valor compatível com o mercado, conforme pesquisa de preços realizada; • Exequibilidade do preço ofertado; • Observância do critério de julgamento de menor preço. 	

	<p>Regularidade documental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de todos os documentos exigidos no edital; • Atendimento às condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira. <p>Prova de qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprovação de conformidade com normas técnicas aplicáveis; • Apresentação de certificações e/ou laudos técnicos (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); • Demonstração de atendimento aos padrões de segurança e desempenho. <p>Garantia e assistência técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento aos prazos mínimos de garantia estabelecidos; • Comprovação de rede de assistência técnica; • Declaração de suporte técnico e disponibilidade de peças. <p>Atendimento às condições do edital</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aceitação integral das cláusulas contratuais; • Cumprimento dos prazos de entrega; • Observância das demais condições estabelecidas. <p>Os critérios de aceitação da proposta estão em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à seleção da proposta mais vantajosa e à verificação da conformidade com as exigências do edital.</p>	
<p>6.5 – HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?</p>	<input type="checkbox"/> Sim.	<p>Indicar os itens: <i>(Caso se assinale “sim”)</i></p>
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.	
<p align="center">7 - REQUISITOS DA CONTRATADA (art. 6º, XXIII, d, da Lei Federal nº 14.133/21)</p>		
<p>7.1 – QUAL SERÁ A HABILITAÇÃO JURÍDICA EXIGIDA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Comprovação de existência jurídica.</p> <p>Para fins de habilitação – através da apresentação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), assim como a documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, desde que válido e compatível com o objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, sem pendências para a participação em licitação ou contratação.</p> <p>A habilitação jurídica, destina-se a comprovar a capacidade do licitante para exercer direitos e assumir obrigações, limitando-se à verificação da existência legal da pessoa jurídica e, quando cabível, da autorização para o exercício da atividade pertinente ao objeto da contratação, conforme disposto no art. 66 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A regularidade fiscal (âmbitos federal, estadual e municipal), social e trabalhista será aferida mediante a verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 68 da Lei</p>	

<p>nº 14.133/2021, podendo ser realizada por meio de consulta aos sistemas oficiais ou mediante apresentação da documentação correspondente, quando necessário.</p> <p>A habilitação econômico-financeira será verificada conforme critérios estabelecidos no instrumento convocatório, no entanto, dentro das possibilidades do edital, deverá ser exigida a comprovação da boa situação financeira do licitante, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que evidenciem a capacidade econômico-financeira para o cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, podendo ser exigidos índices contábeis mínimos, tais como liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral. Poderá ainda ser requerida certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, bem como, quando necessário, garantia de proposta ou capital mínimo/patrimônio líquido mínimo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a exequibilidade do contrato e a mitigação de riscos à Administração Pública, com o objetivo de avaliar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação.</p>			
<p>7.2 - SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p>	<p>Qual?</p>	<p>Será exigida a comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham contratado o licitante que comprovem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade necessária para a execução do objeto da contratação, comprovando a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ao objeto da licitação.</p> <p>Os atestados/declarações deverão comprovar que o licitante já forneceu, de forma satisfatória, veículos automotores, preferencialmente elétricos, compatíveis em características, complexidade e finalidade com os veículos objeto desta contratação.</p> <p>A exigência tem por objetivo assegurar que o licitante possui experiência e capacidade operacional compatíveis com o objeto, garantindo a adequada execução contratual, a qualidade dos bens fornecidos e a exequibilidade do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.</p>
		<p>Por que?</p>	<p>A exigência de habilitação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica e documentação comprobatória, tem por finalidade assegurar que o licitante possui experiência prévia e capacidade operacional compatíveis com o objeto da contratação, especialmente considerando a aquisição de veículos elétricos,</p>

		<p>que envolvem tecnologia específica e requisitos técnicos relevantes.</p> <p>A comprovação de fornecimento anterior de, no mínimo, 50% do quantitativo previsto mostra-se medida proporcional e adequada, pois garante que a empresa possui condições reais de atender à demanda contratual, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade. Tal exigência contribui para mitigar riscos de inadimplemento, atrasos na entrega ou fornecimento de produtos em desconformidade com as especificações técnicas.</p> <p>Adicionalmente, a exigência de apresentação de catálogos, manuais técnicos, certificações e declarações do fabricante assegura que os veículos ofertados atendem aos padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho estabelecidos no Termo de Referência, evitando a aquisição de produtos inadequados ou de baixa confiabilidade.</p> <p>O porquê da exigência também se dá pela necessidade de resguardar a Administração Pública de empresas que não poderão fornecer os bens constantes neste Termo de Referência, permitindo, assim, demonstrar a exequibilidade da proposta e a capacidade real de cumprimento das obrigações contratuais.</p> <p>Dessa forma, a habilitação técnica constitui instrumento essencial para garantir a exequibilidade do contrato, a qualidade do objeto adquirido e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
7.3 - QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	<p>Justificativa: A declaração de ciência das informações necessárias é exigida para resguardar a Administração Pública e garantir a exequibilidade do contrato, assegurando que o licitante tem pleno conhecimento de todas as condições da contratação antes de apresentar sua proposta.</p>

	<p>Ela vai servir para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar alegações futuras de desconhecimento de cláusulas, prazos ou obrigações; • Reduzir riscos de descumprimento contratual; • Reforçar a responsabilidade do contratado quanto à execução do objeto; • Comprovar que a proposta foi formulada de forma consciente e adequada; • Dar maior segurança jurídica ao processo licitatório. <p>Além disso, a exigência está alinhada aos princípios da transparência, planejamento e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a seleção de fornecedores aptos e comprometidos com o cumprimento integral das obrigações contratuais (exequibilidade).</p>	
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
7.4 - HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABIL IDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar: A contratada deverá se comprometer com a adoção de práticas sustentáveis durante toda a execução contratual, mediante o atendimento aos seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> • Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente, bem como normas correlatas aplicáveis ao objeto contratado;

		<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os veículos fornecidos atendam a padrões de eficiência energética e baixa emissão de impactos ambientais; • Implementar e comprovar a logística reversa das baterias, garantindo a destinação ambientalmente adequada ao final de sua vida útil; • Adotar práticas de redução de resíduos e descarte ambientalmente correto de componentes e materiais; • Utilizar, sempre que possível, materiais recicláveis ou com menor impacto ambiental na fabricação dos veículos; • Garantir que a cadeia de fornecimento observe princípios de responsabilidade socioambiental e conformidade legal; • Disponibilizar informações e documentos que comprovem o atendimento aos critérios de sustentabilidade exigidos; • Promover ações que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais e da emissão de poluentes durante a execução do contrato. <p>O compromisso com a sustentabilidade deverá ser formalizado por meio de declaração da contratada e poderá ser objeto de fiscalização pela Administração, assegurando o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.	
7.5 – HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATAD A?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.	Especificar: Danificação da bateria, com probabilidade média, gerando a inutilização do veículo.
8 – FORMA DE ENTREGA DO BEM (art. 6º, XXIII, e; art. 40, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/21)		
8.1 – COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<input checked="" type="checkbox"/> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital. <input type="checkbox"/> O bem deve ser entregue em X parcelas, sendo a 1ª em até Y dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com Z dias de antecedência.	
8.2 – RECEBIMENT O DO BEM	<p>O bem deverá ser entregue na sede da Contratante, localizada na Tv. Lomas Valentinas, nº 2717, bairro Marco, CEP: 66.093-677, em horário comercial, mediante prévio agendamento, em entrega única.</p> <p>A entrega deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.</p>	

	O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas pela Administração.	
8.3 - PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	Item prejudicado, pois não há bens perecíveis para ser entregues no processo licitatório de aquisição.	
9 - PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, a e g, da Lei Federal nº 14.133/21)		
9.1 - PRAZO DO CONTRATO	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input checked="" type="checkbox"/> 60 meses.	
9.2 - HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
9.3 - FORMA DE PAGAMENTO	Meio	Ordem bancária.
	Onde?	Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo?	Em até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
9.4 - QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato. <input checked="" type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: A exigência de garantia contratual não se mostra necessária, por se tratar de aquisição de bem comum, de entrega única e com baixo risco de inadimplemento. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a garantia é facultativa, devendo ser avaliada conforme os riscos da contratação. Considerando a natureza de pronta entrega, não se identificam riscos relevantes que justifiquem sua exigência. Ademais, mecanismos como recebimento condicionado e aplicação de sanções são suficientes para resguardar a Administração. Assim, em observância aos princípios da proporcionalidade, eficiência e

		economicidade (art. 5º), conclui-se pela desnecessidade da garantia
10 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, j, da Lei Federal nº 14.133/21)		
10.1 – DADOS ORÇAMENTÁ RIOS DA CONTRATAÇ ÃO	Funcional Programática: 18.122.1297.8338 Elemento de Despesa: 449052 – Equipamentos e material permanente. Fonte do Recurso: 01.708.0000.24-013572 – Royalty mineral.	

Belém/PA, 26 de março de 2026.

GABRIEL ODANE
Assessor de Gabinete
Mat: 5963869



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2529190

Anexo/Sequencial: 28

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: VITOR MARONE TEIXEIRA LISBOA,

CPF: ***.715.012-**

Em: 05/05/2026 12:43:55

Aut. Assinatura: 1b7475505593e59ccaa0f2e7e0531a11fd15498266a409dad977ded2b7205e09



Identificador de autenticação: 32703e7d-3ab8-4284-b066-e12c9dc249a5

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>